

COMUNIDADES EPISTÉMICAS E TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS DE RENDA

Preparado para o II Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP

Maria Clara Oliveira
Abril de 2012

Resumo

Nos últimos anos assistimos a uma explosão dos programas de transferência condicionada de renda, tidos como uma das políticas mais eficazes na redução da pobreza. As comunidades epistémicas podem desempenhar um papel importante quer na inclusão de um tema na agenda, quer no momento de decisão da política pública. Neste documento tentaremos demonstrar como as comunidades epistémicas estão a agir junto do governo de Moçambique com vistas a que este adopte medidas para lutar contra a pobreza e, mais particularmente, um programa de transferência condicionada de renda.

Palavras chave

Comunidades Epistémicas, Transferência Condicionada de Renda, Moçambique.

Para alguns, o facto de Moçambique estar a estudar a possibilidade de adoptar um programa de transferência condicionada de renda não passaria de propaganda do governo. Mas será que tudo se resume a isso?

Desde o final da década de 90 assistimos a um aumento exponencial do número de países que adoptam programas de transferência condicionada de renda. Moçambique é um dos países que está neste momento a considerar adoptar uma política destas com o intuito de reduzir os elevados níveis de pobreza que existem actualmente. A ideia de considerar esta possibilidade foi inicialmente sugerida pelo Fundo Monetário Internacional e é fortemente apoiada por académicos e profissionais que lidam com questões ligadas ao enfrentamento da pobreza e com o sistema de protecção social.

A pergunta a que procuraremos responder é a seguinte: de que forma a acção da comunidade epistémica conduz o governo de Moçambique a considerar a adopção de um programa de transferência condicionada de renda?

Procuraremos demonstrar que a acção da comunidade epistémica junto do governo moçambicano está a ser determinante para que este coloque a luta contra a pobreza no topo das suas prioridades e para que este tome em consideração a hipótese de adoptar um programa de transferência condicionada de renda para tais efeitos.

Cabe ressaltar aqui que este é um trabalho ainda em desenvolvimento, pelo que não serão apresentadas ainda conclusões finais, mas apenas conclusões preliminares decorrentes do que pudemos observar até agora.

Numa primeira parte explicitaremos o que entendemos por comunidades epistémicas e veremos em que fases da política pública é que elas podem ser importantes. Num segundo momento, veremos em que é que consiste um programa de transferência condicionada de renda. Por fim, veremos como a situação de Moçambique justifica que se considere a hipótese de adopção de um programa de transferência condicionada de renda e como é que as comunidades epistémicas têm actuado junto do governo moçambicano para defender a urgência de tomar medidas para enfrentar a pobreza e como elas apontam as políticas de transferência condicionada de renda como uma das possíveis medidas a tomar.

Comunidades Epistémicas e Políticas Públicas

Nesta primeira parte mostraremos em que momentos e de que forma as comunidades epistémicas intervêm nas políticas públicas. Antes de mais, definiremos o que entendemos por comunidades epistémicas. Depois, analisaremos a forma como as comunidades epistémicas actuam em dois momentos chave do ciclo de políticas públicas – definição de agenda e processo decisório.

O Conceito de Comunidades Epistémicas

A noção de comunidades epistémicas não é nova, mas tem-se revestido de uma importância cada vez maior desde que foi utilizada por Haas e por outros autores para explicar a coordenação de políticas a nível internacional, numa data de artigos publicados num número da revista *International Organization* dedicado ao tema.

Haas dá-nos a seguinte definição de comunidade epistémica: “an epistemic community is a network of professional with recognized experience and competence in a particular domain and an authoritative claim to policy-relevant knowledge within the domain or issue-area” (Haas, 1992). Por outras palavras, é um grupo de profissionais que têm algo relevante para dizer sobre uma área específica. Apesar de frequentemente o termo comunidades epistémicas se restringir a cientistas e académicos, Haas alarga o conceito, passando este a englobar profissionais em geral. É este sentido de comunidades epistémicas que adoptamos aqui.

Mas o que faz com que estes grupos de profissionais sejam considerados comunidades epistémicas, um grupo distinto, em lugar de serem apenas mais um grupo de profissionais entre tantos? As comunidades epistémicas têm características específicas que não são observadas noutros grupos. A primeira dessas características é a partilha de crenças e de normas. A segunda é a partilha de crenças causais. Mais ainda, partilham das mesmas noções de validade. Finalmente, têm em comum uma ideia sobre o empreendimento de políticas (Haas, 1992).

Quanto mais complexos são os contextos em que são desenvolvidas as políticas públicas, maior importância têm as comunidades epistémicas. Com efeito, o aumento da

complexidade leva a uma necessidade cada vez maior de recorrer aos profissionais que compõem a comunidade epistémica tanto no momento de definir os temas a integrar a agenda, quanto no momento de decidir que tipo de política será adoptada e qual será o seu desenho.

As comunidades epistémicas podem existir em níveis diferentes. Elas podem ser nacionais e dirigirem as suas acções para um único país, ao qual pertencem. No entanto, em alguns casos, observamos a formação de comunidades epistémicas transnacionais (Adler, 1992).

Comunidades Epistémicas, Definição da Agenda e Processo de Decisão

As comunidades epistémicas podem desempenhar um papel importante quer na definição da agenda, quer no processo de decisão, como mencionado anteriormente.

No que respeita à definição da agenda, as comunidades epistémicas podem ajudar a identificar problemas e pôr pressão no governo para que este os inclua na agenda governamental. Tal pode revelar-se importante, pois é uma forma incluir na agenda temas que normalmente os governos não incluiriam. Um bom exemplo disto é a inclusão da questão ambiental na agenda política, que apenas foi possível graças à intensa acção de conscientização e à pressão exercida pelas comunidades epistémicas, que identificaram a existência de alterações que poderiam causar graves problemas e alertaram para a urgência de tomar medidas para travar os efeitos negativos destas sobre o meio ambiente (Keck e Sikkink, 1998).

Mas não é apenas na fase de definição da agenda que as comunidades epistémicas podem intervir. Como já foi dito acima, elas podem também estar presentes de forma activa no processo de decisão.

Com efeito, devido a um aumento constante da complexidade, os governos não dispõem de meios que lhes permitam lidar com todos os problemas com que se deparam, pois não conseguem obter e gerir informação sobre todos os temas. Para poderem responder aos problemas, torna-se imperativo que os governos encontrem formas de aceder à informação que é relevante para a questão a tratar e de receber o apoio que é necessário

para lidar com o problema em causa. “Epistemic communities are one possible provider of this sort of information and advice” (Haas, 1992).

As comunidades epistémicas fornecem ao governo informação que tem por base as suas crenças. É esta informação que vai definir a forma como o problema vai ser posto e, consequentemente, o tipo de política que vai ser adoptada para lidar com ele.

Os membros da comunidade podem influenciar a escolha da política de duas formas diferentes. Por um lado, elas podem fornecer ao governo informação e aconselhá-lo a optar por um certo caminho. Por outro lado, elas podem ser mais incisivas e, em vez de apontarem simplesmente um caminho possível, podem identificar directamente qual é o problema, que tipo de política deve ser adoptada com vistas a resolvê-lo e que desenho esta última deve ter (Haas, 1992).

A importância das comunidades epistémicas é ainda maior durante períodos de crise ou de incerteza (Haas, 1992), sendo um período de incerteza aquilo que George define como uma situação em que os actores são forçados a escolher sem disporem de informação suficiente sobre o problema (George apud Haas, 1992). Confrontados com uma situação de incerteza, os governos tendem a voltar-se para as comunidades epistémicas em busca de alguma informação que os possa ajudar na tomada de decisões (Haas, 1992). Vale, no entanto, lembrar que embora os governos recorram com maior frequência às comunidades epistémicas durante os períodos de incerteza, tal não significa que a ajuda não possa ser solicitada em qualquer outro momento.

Transferências Condicionadas de Renda

Uma das opções para fazer frente ao problema da pobreza, actualmente bastante difundida nos países do Sul, são os programas de transferência condicionada de renda.

Um programa de transferência condicionada de renda destina-se, geralmente, a famílias pobres com crianças na sua composição e prevê a transferência de um certo montante para que estas possam responder melhor às suas necessidades e investir em capital humano (Schady, 2009).

É, então, uma estratégia que combate a pobreza em dois eixos: reduz a pobreza imediata através da transferência de renda, e quebra o ciclo intergeracional de transmissão da pobreza, através da formação de capacidades, possibilitada não só pelo aumento de renda que permite fazer mais investimentos nessa área, mas também pelo cumprimento das condicionalidades associadas a este tipo de política.

As condições estão, normalmente, associadas a uma ou, em certos casos, a ambas as áreas que se seguem: educação e saúde/nutrição. As condições concretas variam de acordo com o desenho de cada programa, mas podemos identificar algumas características gerais. Na área da educação, normalmente é pedido às crianças e/ou adolescentes em idade escolar que assistam a uma determinada quantidade de horas de aulas e, em alguns casos, embora menos frequentemente, é pedido que apresentem resultados. Na área da saúde e nutrição, de um modo geral, é exigida a vacinação das crianças e o seu comparecimento em consultas de rotina, bem como o acompanhamento das grávidas durante o período pré-natal (Schady, 2009). Os desenhos de alguns programas prevêem que, além de cumprir condicionalidades nas áreas de saúde/nutrição e/ou educação, os beneficiários participem de acções complementares, como formação e grupos de discussão. Exemplo de tal é o programa Oportunidades, no México, que exige que as mães beneficiárias participem de *pláticas*, workshops destinados à formação nas áreas de nutrição e saúde (Soares, 2007).

Estes programas têm sido alvo de uma atenção cada vez maior. Tal explica-se não ó pelo próprio desenho dos programas, mas também pelas evidências de sucesso destes. Efectivamente, o desenho do programa chama a atenção não só por se estruturar de uma forma que permite enfrentar a pobreza tanto no imediato, quanto futura, mas também por razões de economia política. Observa-se que o facto de o programa impor condicionalidades faz com que seja melhor aceite pelos contribuintes e pela opinião pública do que outro tipo de políticas de alívio da pobreza (Schady, 2009).

Os programas são, como já mencionámos, apoiados por evidências de alguns sucessos. Devemos, no entanto, ter em conta que os programas são relativamente recentes e que muitos dos seus objectivos apenas podem ser observados a longo-prazo, pelo que não é possível fazer uma análise de todos os impactos que se espera que os programas venham a ter. Apesar de os programas Progreso/Oportunidades (México) e Bolsa Família (Brasil) serem, provavelmente, as duas experiências mais relevantes até à data,

os impactos positivos dos programas de transferência condicionada de renda não se limitam a estes dois casos, podendo ser observados em praticamente todos os países que adoptaram uma política do género.

Eis alguns dos impactos observados:

1. Existe uma redução imediata da pobreza, um aumento no consumo e uma alteração na estrutura de consumo (Schady, 2009). Com efeito, observa-se que o montante atribuído, por exemplo, às despesas com alimentação aumenta, pelo que os beneficiários passam a comprar alimentos em maior quantidade e/ou a comprar alimentos de melhor qualidade e/ou a incluir na sua dieta novos tipos de alimentos aos quais anteriormente não tinham acesso, tais como carne, vegetais e fruta (Hoddinott apud IFPRI).
2. Redução das desigualdades, especialmente das desigualdades de género. A redução da desigualdade de género é particularmente importante no Sudeste Asiático, onde a questão é um dos objectivos centrais do programa. Também o facto de as transferências serem feitas, na sua generalidade, em nome da mãe, visando o aumento do poder de barganha desta, mas também por se acreditar que os seus interesses são, normalmente, mais próximos dos interesses dos filhos do que o são os interesses dos pais, contribui para o *empoderamento* das mulheres (Schady, 2009).
3. Aumento da utilização de serviços de educação e/ou saúde. Contudo, não existem ainda dados que permitam avaliar o tipo de impacto que a maior recorrência a este tipo de serviços pode vir a ter em termos reais (Schady, 2009).
4. Redução do trabalho infantil, embora as evidências contrariem a hipótese de redução do número de horas de trabalho entre os adultos (Schady, 2009).

Muita coisa fica ainda por dizer sobre os programas de transferência condicionada de renda, mas o nosso objectivo aqui era o de fazer apenas uma breve apresentação destes.

São estes programas que têm vindo a espalhar-se na última década por um grande número de países bastante diferentes a todos os níveis, estando agora presentes em quase todos os países da América Latina (Brasil, Chile, México, Equador, entre outros), no Caribe (Jamaica e República Dominicana), na África Subsaariana (Quênia e Tanzânia) e na Ásia (Bangladesh, Cambodja, entre outros) (Schady, 2009).

O caso de Moçambique

Utilizaremos o caso de Moçambique para analisar como se desenrola a acção das comunidades epistémicas junto do governo, com intuito de fazer com que este adopte uma política de transferência condicionada de renda.

Pobreza em Moçambique

Moçambique é um país extremamente pobre e um dos piores classificados no Índice de Desenvolvimento Humano (Kring, 2011), tendo obtido o 184º lugar, entre 187 países avaliados, em 2011 (4).

Moçambique apresenta um elevado nível de pobreza. Se considerarmos a existência de uma linha demarcadora da pobreza, estabelecida em 2 dólares por dia, verificamos que, em 2005, 86,6% da população viva abaixo da linha, isto é, com um rendimento diário inferior a este (PNUD, 2011). Mas se colocarmos a linha em 1 dólar por dia, separando assim os extremamente pobres do resto da população, observamos que quase 70% da população vive abaixo da linha da extrema pobreza (PNUD, 2011). Não obstante, se tomarmos em conta apenas as linhas de pobreza e de extrema pobreza, definidas a nível global, podemos não nos aperceber de que forma a pobreza afecta realmente a população a nível nacional. A observação da linha nacional de pobreza, adaptada à realidade moçambicana, torna-se, então, crucial. Ao procedermos a uma avaliação da pobreza recorrendo a esta medida, verificamos que a população que vive em situação de pobreza cai para os 54,7%, dados de 2008 (PNUD, 2011). Embora este último número seja consideravelmente mais baixo do que aquele que nos é dado pela linha da pobreza com um corte nos 2 dólares por dia, tal percentagem mostra-nos a existência de um número extremamente elevado de pobres tanto em termos percentuais, quanto em termos absolutos.

A pobreza não pode, no entanto, ser quantificada apenas com recurso ao rendimento per capita, pois trata-se de um fenómeno multidimensional, exigindo, portanto, a observação de diversos indicadores.

No que respeita ao acesso aos serviços de saúde, é de notar os esforços que têm sido desenvolvidos no sentido de aumentar o número de pessoas com acesso a estes, em particular nas áreas rurais. No entanto, estudos demonstram que apesar de uma maior disponibilidade de serviços, os indivíduos que vivem em situação de pobreza continuam sem recorrer a eles (Chiconela, 2004). Tal explica-se, segundo Chiconela (2004) pela desvalorização das doenças pelos pobres, que as encaram como algo “normal”. Assim sendo, o número de pessoas pobres que usufruem dos serviços de saúde, em geral, e dos serviços de saúde preventivos, em particular, é reduzido.

Moçambique apresenta uma elevada taxa de analfabetismo, que se manifesta com maior incidência entre os adultos (Mattes, 2007). Tal pode ser explicado, em parte, pela ausência de um sistema de educação adequado durante o período de conflito (Kring, 2011), conflito este que conheceu dois momentos: de 1964 a 1975 o país foi assolado pela Guerra da Independência e de 1976 até 1992 viveu uma guerra civil. Existe uma relação evidente entre a pobreza e a educação: famílias que têm na sua constituição membros com baixos níveis de educação tendem a ser mais pobres, enquanto as famílias que são mais afectadas pela pobreza tendem a ver as suas hipóteses de receber uma educação formal reduzidas. Esta relação observa-se em todas as regiões do país, porém ela tem maior incidência nas áreas rurais, onde a atenção dada à educação parece ser menor quando comparada às zonas urbanas. Tendo em conta que a questão do défice de educação representa um problema para o país e visando diminuir a pobreza que a ele se associa, o governo identificou a expansão do sistema de educação como uma das metas a cumprir impreterivelmente (Chiconela, 2004).

Se tomarmos em consideração o Índice Multidimensional da Pobreza, que analisa três dimensões distintas da pobreza – saúde, educação e nível de vida – Moçambique aparece-nos como um dos países com as mais elevadas taxas de população pobre do mundo. Com efeito, o Índice aponta para uma percentagem de indivíduos em situação de pobreza que se eleva a 73,9% da população. Uma tão alta percentagem é explicada por taxas extremamente baixas de frequência escolar, pelo facto de a população que recebeu educação formal apresentar pouquíssimos anos de escolaridade e pela existência de uma taxa de mortalidade infantil alarmante, além de outros factores, que também contribuíram para que Moçambique tenha obtido uma péssima qualificação (OPHI, 2011).

Vale ainda notar, uma vez que pobreza e vulnerabilidade social estão associadas, que a população vulnerável é extremamente elevada e que, apesar de assistirmos a uma diminuição da percentagem de indivíduos em situação de pobreza nos últimos anos, a população em risco tende a aumentar, pois o país tem enfrentado cada vez mais desastres naturais e tem um número cada vez maior de infectados com VIH/SIDA, entre outros factores que contribuem para este agravamento (Waterhouse, 2011).

As características que acabamos de mencionar acima, fazem com que Moçambique seja um óptimo candidato à adopção de um programa de transferência condicionada de renda.

Estudos sobre a Viabilidade de um Programa de Transferência Condicionada de Renda

Com o intuito de enfrentar o problema da pobreza e respondendo a pressões externas, Moçambique está actualmente a estudar a viabilidade de um leque de políticas sociais, entre elas um eventual programa de transferência condicionada de renda com os moldes do Bolsa Família (2).

As comunidades epistémicas parecem estar a desempenhar, neste momento, um papel importante no que respeita à escolha de uma política, ou mais, para responder à questão da pobreza. Tal estará a acontecer por duas vias distintas: através da acção dos membros moçambicanos da comunidade epistémica e através da pressão exercida pela comunidade epistémica a nível internacional. Note-se aqui que concebemos esta comunidade epistémica em particular como algo que não é homogéneo. Quer isto dizer que apesar de podermos identificar uma comunidade epistémica transnacional, verificamos também que existem variações dentro desta mesma comunidade epistémica, sendo possível identificar subgrupos, por vezes nacionais, dentro dela.

No caso moçambicano, teríamos pressões vindas de um desses subgrupos, composto pelos membros moçambicanos da comunidade epistémica transnacional, assim como pressões da exercidas por essa mesma comunidade epistémica como um todo. A acção desse subgrupo seria particularmente visível no interior da task force que o governo constituiu para estudar formas de melhorar o sistema de protecção social. Aliás, o simples facto de ter sido constituída uma task force com os objectivos acima

mencionados indica a existência de pessoas que se mobilizam para mostrar que a pobreza constitui um problema e a decorrente necessidade de adoptar medidas que permitam resolvê-lo.

A comunidade epistémica como um todo, isto é, não se limitando exclusivamente aos membros nacionais, mas incluindo todo e qualquer outro membro, actuaria junto do governo Moçambicano de três formas: através dos governos de outros Estados, através de contactos com a task force e através as organizações internacionais.

No primeiro caso, a sua acção processar-se-ia da forma que seguidamente enunciaremos. A comunidade epistémica actuaria junto de um determinado governo, este governo doaria ajuda pública internacional a Moçambique, quer por meio de financiamentos, quer por meio de fornecimento de informação e de apoio técnico. Pelo facto de cerca de 40% do rendimento do país corresponder a doações de outros Estados (2), estes últimos deverão conseguir exercer alguma influência sobre o governo moçambicano. Além disso, mesmo não existindo uma relação dador-receptor, é possível que outras formas de cooperação se desenvolvam, permitindo assim o contacto entre decisores e membros da comunidade epistémica.

Tal como já mencionámos, Moçambique constituiu uma task force para avaliar a viabilidade de novas políticas sociais (5). Esta task force é composta por académicos, assim como profissionais da área (5), que mantêm relações com outros académicos e profissionais não-moçambicanos. Deste contacto resulta uma troca de ideias e de visões, podendo, assim, membros da comunidade epistémica de outras nacionalidades trazerem as suas opiniões e experiências para dentro do grupo nacional que compõe a task force, que seguidamente poderá transmiti-las ao governo.

É também importante notar que diversos encontros entre delegações moçambicanas e delegações de outros países foram organizados com o intuito de trocar ideias e experiências sobre políticas sociais. Num destes encontros, ocorrido no Brasil, um membro da delegação moçambicana declarou que o Bolsa Família estaria a ser estudado dado que é possível “aproveitar as experiências que deram certo”, “não [sendo] preciso inventar nada” (Victor Borges apud doc.2).

Por outro lado, as comunidades epistémicas podem influenciar o governo moçambicano através de organizações internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo

Monetário Internacional. Estas organizações internacionais têm nos seus quadros membros da comunidade epistémica e podem, por isso, transmitir a visão desta. Além disso, é frequente estas organizações recorrem à consulta de profissionais da área externos à organização, mas também eles membros da comunidade epistémica. No caso moçambicano, o Fundo Monetário Internacional tem, desde 2008, sugerido a possibilidade de adopção de um programa de transferência condicionada de renda. Estaremos, então, perante um exemplo da acção das comunidades epistémicas através das organizações internacionais.

Comentários finais

Neste momento, devido ao estágio em que a pesquisa se encontra, não podemos ainda apresentar conclusões precisas quanto à forma como as comunidades epistémicas actuam. Podemos apenas ressaltar, uma vez mais, que as evidências parecem apontar para a importância destas quer na inclusão do enfrentamento à pobreza na agenda do governo, quer na procura de políticas possam contribuir para solucionar o problema em questão. É importante ainda salientar que esta acção se apresenta de formas diversas, nas quais a comunidade epistémica se posiciona como actor, agindo directamente junto ao governo, recorrendo ao mesmo tempo a outros actores, tais como governos terceiros e organizações internacionais.

Referências

Adler, Emanuel (1992) “**The emergence of cooperation: national epistemic communities and the international evolution of the idea of nuclear arms control**” in *International Organization*, vol. 46, No. 1, *Knowledge, Power and International Policy Coordination*, pp. 101-145.

Chiconela, Jacinto (2004) **Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique**, Discussion Paper No. 7P, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas Públicas, Ministério de Planificação e Desenvolvimento, República de Moçambique.

Dolowitz, David and Marsch, David (2000) “**Learning from abroad: the role of policy transfer in contrmporary policy-making**” in *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, Blackwell Publishers, USA.

EPAU (2011) **Mozambique Quick Facts**, PNUD Moçambique.

Faria, Carlos Aurélio (2003) “Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 51, pp.21-29.

Grisotti, Márcia e Gelinski, Cármen (2010) “**Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil**” in *Revista Katálysis*, vol. 13., nº 2, Florianópolis, pp. 210-219.

Haas, Peter M. (1992) “**Intoduction to epistemic communities and International Policy Coordination**” *International Organization*. Vol. 46 nº1, Knowledge, Power, and International Policy Coordination, 1-35.

IFPRI, “**México Progresá Breaking the Cycle of Poverty**”.

IPC-UNDP, “**Lições Político-Institucionais do programa Bolsa Família para países africanos – uma análise de Moçambique**”, www.ipc.undp.org/publications/mds/32P.pdf [17 de Outubro de 2011].

Keck, Margaret e Sikkink, Kathryn (1998) *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Cornell Univeristy Press.

Kring, Thomas (2011) **Sumário: Unidade de Análise de Políticas e Economia**, PNUD Moçambique.

Mattes, Robert and Shenga, Carlos (2007) **“Uncritical citizenship” in a “low-information” society: Mozambicans in comparative perspective**, Afrombarometer Working Papers, Working Paper nº 91.

Majone, Giandomenico (2006) **“Agenda Setting”** in Moran, Michael et al (2006) *The Oxford Handbook*, Oxford Univesity Press, Chapter 11.

OPHI Country Briefing (2011) **Country Briefing:Mozambique** in www.ophi.org.uk [15 de Fevereiro de 2012].

OPHI (2011) **Multidimensional Poverty Index** in www.ophi.org.uk [15 de Fevereiro de 2012].

Rhodes, R. A. W. (2006) **“Policy Network Analysis”** in Moran, Michael et al (2006) *The Oxford Handbook*, Oxford Univesity Press, Chapter 20.

Schady, Ariel et al (2009) *Conditional cash transfers. Reducing present and future poverty*. Washington DC: World Bank Policy Research Report.

Sen, Amartya (2008) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Soares, Sergei et al (2007) *Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade*, texto para discussão nº 1292. Brasília: IPEA.

Sundstrom, Mickael, *A brief introduction: what is an epistemic community?*, www.svet.lu.se/joluschema/episcomm.pdf [3 de Novembro de 2011].

Waterhouse, R. (2007) **“Vulnerability”**, REBA Briefing Paper, Mozambique in www.ipc-undp.org [4 de Abril de 2012].

1. MDS, <http://intranet.mds.net/teste-1/2010/ministerios-de-mocambique-conhecem-programas-da-sesan> [1 de Abril de 2012].

2. MDS, <http://intranet.mds.net/teste-1/2010/mocambique-estuda-importacao-do-modelo-do-bolsa-familia> [1 de Abril de 2012].
3. MDS, <http://intranet.mds.net/teste-1/2010/missao-mds-em-mocambique> [1 de Abril de 2012].
4. International Human Development Indicators, UNDP, <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html> [6 de Abril de 2012].
5. Entrevista com Afonso Chambe da Embaixada de Moçambique no Brasil [Brasília, Novembro de 2011].